

# HISTÓRIA & ARQUITETURA ESCOLAR: EM BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS “MODERNAS” NO PARANÁ (1943-1953).

Ana Paula Pupo Correia\*/UFPR

## Introdução

Este artigo pretende mostrar de forma sucinta parte dos resultados obtidos da minha pesquisa de mestrado intitulada “*História e Arquitetura Escolar: os prédios escolares públicos em Curitiba (1943-1953)*”<sup>1</sup>, cujo objetivo central foi investigar a história, dos debates e dos projetos que desencadearam as políticas de construção dos edifícios destinados às escolas públicas de Curitiba entre os anos de 1943 e 1953.

A razão que justifica este recorte temporal foi a opção de priorizar as políticas de edificação de prédios escolares públicos no momento de criação dos projetos para o primeiro planejamento urbano de Curitiba, em 1943, estendendo-se até a comemoração do “centenário de emancipação política do Paraná”, em 1953. Para tanto, foi realizado um levantamento dos diversos projetos arquitetônicos implantados na época, a fim de entender como e porque essas construções foram planejadas.

O principal argumento inserido no meio político do período estudado é o da modernização e a educação representava uma das ferramentas para o desenvolvimento do estado do Paraná. Portanto, é no interior desses argumentos, no *espírito modernizador* dos governos paranaenses, que se ambienta o objeto deste estudo. Enfim, o modo como as escolas públicas tornaram-se laboratório e apropriaram-se das idéias do projeto de *modernização* dos governadores do período e as influências teóricas de modernização dos espaços escolares.

Ao verificar a história da arquitetura escolar desses estabelecimentos, é importante orientar-se no sentido de que as construções estão inseridas no ambiente urbano, repleto de símbolos, permitindo identificar, em parte, as questões propostas pela realidade social de uma época. Giulio Carlo Argan, historiador da arte e da cidade, admite que:

Entre arquitetura e cultura não há relação entre termos distintos: o problema diz respeito apenas à função e ao funcionamento da arquitetura dentro do sistema. Por definição, é arquitetura tudo o que concerne à construção, e é com as técnicas da construção que se intui e se organiza em seu ser e em seu devir a entidade social e política que é a cidade. Não só a arquitetura lhe dá corpo e estrutura, mas também a torna significativa com o simbolismo implícito em suas formas. Assim como a pintura é figurativa, a arquitetura é por excelência representativa. (ARGAN, 1998, p. 243)

---

\* Arquiteta e mestre na área temática de História e Historiografia da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, sob orientação do Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta. e-mail: anapupo@superig.com.br

Nesta perspectiva, junto a compreensão dos espaços e dos *habitus* pedagógicos (NUNES, 2000, p. 390) no cotidiano da política educacional é importante na medida em que houve mudanças nos espaços e na aprendizagem. Pode-se, então, verificar, nas plantas das edificações, que alguns espaços se multiplicaram – não apenas as salas de aula, mas também as bibliotecas, os laboratórios, os auditórios, as cantinas, os pátios e as quadras de esporte.

Como ponto de partida, privilegiou-se a concepção oriunda de uma gramática espacial destinada à construção de prédios públicos para a educação de Curitiba e sua relação com os debates sobre a cultura no ambiente escolar, pode-se dizer, aquilo que a historiografia tem denominado de cultura escolar. O termo *cultura escolar* está baseado segundo a perspectiva de Antonio Viñao, como *o conjunto dos aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização*, que inclui também: “práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos, a história cotidiana do fazer escola – objetos materiais – função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação (...) – modos de pensar, bem como significados e idéias compartilhadas” (VIÑAO, 1994, p. 68).

Para Augustin Escolano, o espaço escolar não é uma dimensão neutra do ensino, tampouco um simples esquema formal ou estruturas vazias da educação. Ao contrário, afirma Escolano, os espaços operam como uma espécie de discurso que instituiu, em sua materialidade, um sistema de valores, um conjunto de aprendizagens sensoriais e motoras e uma semiologia que recobre símbolos estéticos, culturais e ideológicos (ESCOLANO, 1998, p. 26).

Dentre os inúmeros estabelecimentos de ensino situados na cidade de Curitiba, construídos dentro do período estudado, priorizou-se aqui a apresentação de dois exemplos de grupos escolares os “projetos-tipo”, entre eles, o de um pavimento (Grupo Escolar Nivaldo Braga), o de dois pavimentos (Grupo Escolar Cristo Rei), escolas implantadas para atender não apenas Curitiba, mas também o estado do Paraná; e o Colégio Estadual do Paraná, um exemplo de ensino secundário, que se diferenciou pela grandiosidade da obra e pela complexidade dos espaços internos, implantado na cidade de Curitiba.

As fontes utilizadas foram as plantas arquitetônicas, as fotografias, os relatórios dos governadores e os jornais e os periódicos que circularam na época, em Curitiba. Além de favorecer uma melhor compreensão sobre o cotidiano da cidade, auxiliaram na reflexão

das concepções de sociedade, quando destacaram em suas manchetes e artigos, as mudanças das cidades.

As obras que auxiliaram na definição dos pressupostos da análise teórica foram: *La naissance de l'architecture scolaire*, de Anne-Marie Châtelet; o trabalho de Rosa Fátima de SOUZA (1998); Luciano Mendes de FARIA FILHO (2000); Silvia Ferreira Santos WOLFF (1996); Marcus Levy Albino BENCOSTTA (2001); Antonio VINÃO FRAGO e Augustín ESCOLANO (1998), dentre outras, que contribuíram para abrir o campo da investigação da arquitetura escolar, do ponto de vista da apropriação e interpretação do espaço em sua funcionalidade.

### **A cidade e a escola: rumo ao *progresso***

Em toda a década de 1940 e início década de 1950, a capital paranaense era destacada como uma cidade rumo ao *progresso*. O discurso do *moderno* tinha um significado promissor para os governantes, assim foi interessante a construção de um estigma de cidade próspera que, por meio da reforma urbana, representaria o caminho que a sociedade paranaense deveria trilhar rumo ao futuro. Embora já tivessem ocorrido algumas reformas no começo do século XX, a cidade só veio a conhecer efetivamente as mudanças urbanas no início da década de 1940, por meio do primeiro plano de desenvolvimento urbano – Plano Agache –, organizado para tentar solucionar o crescimento desordenado da cidade.

No início da década de 1940, a Prefeitura Municipal de Curitiba decidiu investir na redefinição do espaço urbano como um todo, tentando dar dinamicidade à cidade mediante um novo traçado. Para esta tarefa, a Prefeitura contratou a empresa paulista Cunha Bueno que, por sua vez, sub contratou, para assessorá-los, o urbanista francês Alfredo Agache<sup>3</sup>, destacado por seus projetos urbanísticos consagrados na França.

Naquele momento, foi estratégico e oportuno mostrar ao Brasil e ao mundo como o Paraná estava progredindo e melhorando. A oratória típica do governo estava na insistência de que o Paraná “desconhecia o fenômeno do pauperismo” e que “as doutrinas políticas que costumam medrar onde medra a miséria não encontram clima entre nós” (PARANÁ, 1950, p. 8).

Para que estas obras fossem notadas por todo o Brasil, promoveu-se uma importante preparação para as comemorações do centenário da emancipação política do Paraná. As obras escolhidas pelo governador Bento Munhoz da Rocha Netto foram

basicamente as de grande porte e imponência e tinham como finalidade simbolizar a importância e a grandeza dos representantes do Paraná. O discurso do governador, em 1952, não deixa dúvidas sobre o impacto de tais edificações:

O que se fizer no Paraná deve ser feito em grande escala, ou então não ser feito. Fazer com timidez, fazer com acanhamento, fazer com mediocridade será um crime contra o futuro. É preciso ter coragem de realizar em tal escala que as construções, quando terminadas, já não estejam envelhecidas, já não estejam superadas, já não estejam caducas e já não pertençam ao passado. À nossa geração cabe este papel, cabe essa missão de realizar, de planejar para o futuro. (ROCHA NETTO, 1952)

Toda essa materialização de um espaço de poder fortaleceu Curitiba como capital, a idéia preponderante era a de que seus habitantes se orgulhassem da cidade e de seus governantes. Essas medidas se apoiaram, em seu conjunto, na noção de um governo racional que se pretende moderno, democrático, capaz de atrair migrantes e recursos para a cidade.

Com relação às escolas e à educação, foi possível verificar, em algumas fontes, os efeitos discursivos dos governos, enfatizando o progresso e vinculando a educação. O *espírito modernizador* destes discursos pôde ser percebido claramente na propaganda e nos projetos oficiais expedidos pelo governo.

Antes mesmo do período analisado neste artigo, os projetos de modernização das escolas já estavam presentes nas discussões e nos debates da obra da cidade, no pronunciamento do interventor do Estado, Manoel Ribas, em 1937, verifica-se a propaganda do progresso que poderia ser promovido com a expansão das escolas:

...a modernização do plano de construção escolares, com a adoção de novas plantas, confeccionadas, segundo as exigências mais rigorosas da pedagogia, da arquitetura e da higiene modernas, trazidas de São Paulo e Rio de Janeiro e adaptadas às condições gerais de nosso ambiente. (PARANÁ, 1937, p. 31)

Por sua vez, nas mensagens do governador Lupion, sucessor de Manoel Ribas, as declarações de que muitos trabalhos teriam de ser realizados em relação às escolas foram uma constante. Nos seus pronunciamentos, percebe-se a preocupação com o desempenho do Paraná, perante o âmbito nacional:

Ainda que o estado do Paraná tenha gasto, no ano de 1947, com a educação as cifras mais altas de suas verbas, atingindo a casa dos cem milhões de cruzeiros, se incluímos as despesas com edificações escolares, material e pessoal – apesar disso, são muito grande ainda as nossas necessidades neste domínio. Começam elas com as clamantes exigências por um substancial aumento do número de salas de aulas, pois por mais que tenhamos feito, as nossas escolas estão longe ainda de comportar os alunos que solicitam insistentemente matrículas em nossos cursos primários. (PARANÁ, 1947, p. 11)

Criticando a situação dos prédios escolares do período de seu antecessor, o governador Munhoz da Rocha Netto atenta para a situação das edificações escolares. Nos relatórios encaminhados aos deputados, revelou que: “Não obstante o esforço despendido para se dotar o Estado de prédios escolares condignos e atualizados, viemos encontrar uma situação verdadeiramente desordenada nesse importantíssimo setor” (PARANÁ, 1950, p. 114).

No entanto, pode-se perceber que apesar de todo o discurso de modernização e progresso deste período, na área de educação, ainda havia muito a ser feito, principalmente, em relação à construção de escolas. Na cidade de Curitiba, mesmo com alguns investimentos, ditos de destaque, como o Colégio Estadual do Paraná, estavam longe de suprir as necessidades culturais de um Estado em desenvolvimento e contribuir com a democratização da escola pública.

### **Arquitetura escolar: em busca da construção de *escolas modernas* no Paraná**

Durante o Império, no Brasil, a escola pública era a extensão da casa do professor, muitas funcionavam em paróquias, cômodos de comércio, salas abafadas, sem ar, sem luz e sem nenhum recurso. A real preocupação com os projetos arquitetônicos escolares iniciava-se somente no período da República.

A arquitetura escolar pública implanta-se aliando, na configuração do espaço, as concepções pedagógicas e o projeto político atribuído à educação popular, portanto cabia à escola: “convencer, educar e dar-se a ver” (SOUZA, 1998, p. 123). O espaço escolar torna-se uma importante identificação arquitetônica, passando a exercer uma ação educativa dentro e fora do seu entorno.

Com o processo de urbanização e industrialização tem-se a necessidade da formação de uma escola mais racionalizada e padronizada. Em poucas décadas, o modelo de construções de escolas foi adotado em todos os estados do país. Estes edifícios, considerados *estabelecimentos do domínio e controle do poder público* (OLIVEIRA, 1998) revelam, por sua vez, a política dos governos que se encarregaram da sua construção. Julga-se que a materialização da ação educacional se dá por meio da implantação de um sistema em que as escolas públicas deveriam estar submetidas e, com isso, a sua construção também poderia revelar a concepção pedagógica da instituição.

No Paraná, segundo BENCOSTTA (2001), a inauguração simbólica do edifício escolar, em fase de conclusão, que seria destinado a abrigar o primeiro Grupo Escolar do Paraná ocorreu em 1903. O Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, criado para servir como modelo a outros grupos, seria mais tarde disseminado tanto na capital quanto em outras cidades, pelo governo estadual.

Nesta fase inicial da instalação dos primeiros *grupos escolares*, os espaços funcionais que a pedagogia exigia eram: gabinete para diretor, bibliotecas, secretarias, oficinas, pátios etc., mas nem sempre estas exigências foram atendidas. Os únicos grupos escolares que atenderam todas as exigências, contemplando as salas específicas, foram o Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva e o Grupo Escolar D. Pedro II.

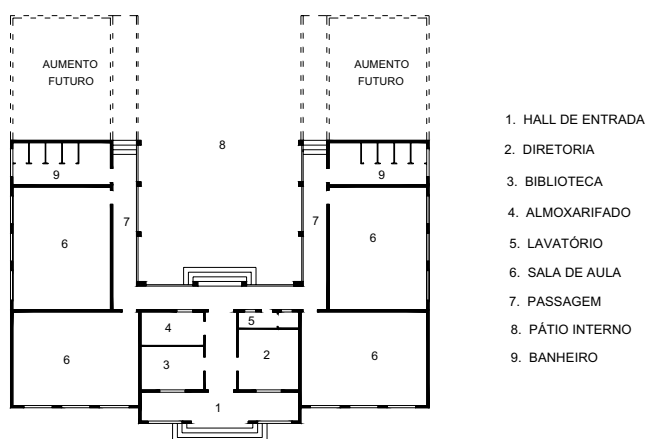
Nos anos de 1920 e 1930, as escolas sofreram alterações na forma e na cultura escolar. As novas reformas de ensino, inspiradas nas idéias da Escola Nova, propuseram outras organizações nos espaços escolares. Os princípios que regeram as edificações se pautavam em necessidades pedagógicas (iluminação e ventilação adequadas, salas de jogos, pátios de recreação, instalações sanitárias etc.), estéticas (promoção do gosto pelo belo e pelo artístico) e nacionalistas (constituição do sentido de brasilidade pela retomada de valores arquitetônicos coloniais e pelo culto as nossas tradições). Para FARIA FILHO (2000), o ambiente escolar, segundo as novas propostas, deveria ser educativo, ou seja, alegre, aprazível, pitoresco e com paisagem envolvente.

Segundo Clarice NUNES (2000), as escolas sofreram mudanças nos aspectos de produção de um novo espaço escolar e material didático pertinente aos novos objetivos educacionais, mas também em seus aspectos simbólicos, pois almejava-se para a escola mais do que novas carteiras, quadros ou salas, “pretendia-se construir nela um *estado de espírito moderno*” (p. 374). Com isso, os espaços de aprendizagem se multiplicaram: não apenas na sala de aula, mas também, salas especiais como: as bibliotecas, os laboratórios, a rádio educativa, os teatros, os cinemas, os salões de festas, os pátios, as quadras de esporte, os refeitórios (p. 375).

No geral, no estado do Paraná foi caracterizado pela utilização dos projetos-tipo, na construção das escolas, ou seja, projetos com plantas e fachadas padrões, construídos em diversos bairros da capital e em muitas cidades no interior do Estado. O ritmo de implantação destes edifícios, favorecido pelo custo da obra, e pelo seu projeto de edificação, obedeciam a uma tipologia definida, assim como as fachadas tinham as mesmas linhas arquitetônicas.

O edifício escolar de um pavimento foi projetado em forma de U, com salas em número de quatro ou seis, todas do mesmo tamanho. Além das salas de aula, mais duas salas eram destinadas para a administração e diretoria do estabelecimento, desenhado normalmente em forma retangular, como pode ser verificado na planta a seguir:

FIGURA 1 - PLANTA BAIXA DO GRUPO ESCOLAR NIVALDO BRAGA



FONTE: PLANTA ORIGINAL PATRIMONIO DO ESTADO, 1947

O edifício se simplifica e se aproxima da linguagem neocolonial<sup>2</sup>. As fachadas eliminam as formas rebuscadas, devido, a necessidade de economia financeira aliada à facilidade construtiva. Os beirais e os ornamentos se restringiam a pequenos frontões, marcando a entrada das escolas. A parte exterior era normalmente, cercada por um pequeno jardim e separada da rua por um pequeno muro e o edifício localizava-se na parte central do terreno e possuía um pátio interno, em torno do qual havia uma galeria de circulação coberta, interligando-os. A área livre do terreno destinava-se ao pátio, para recreio e aulas de educação física dos alunos.

Mesmo com edificações simples, havia a preocupação com os tamanhos das salas, bem como os aspectos técnicos da construção como: orientação, iluminação, ventilação, pisos, corredores, escadas, posições do quadro negro e instalações sanitárias, e essas importantes técnicas construtivas deveriam fazer parte de todos os projetos escolares.

As eventuais exigências específicas de seus programas e de funcionamento didático, como biblioteca ou laboratórios, encaixavam-se em ambientes que não diferiam espacialmente das salas de aula. Além das salas de aula, eram apropriadas para a administração e diretoria do estabelecimento, desenhadas normalmente em forma retangular.

FIGURA 2 - GRUPO ESCOLAR NIVALDO BRAGA



FONTE: PARANÁ, 1950

Fernando de Azevedo apoiava as construções das escolas com o estilo neocolonial, sobre a arquitetura como um “fator de nacionalização”. No texto “Novos Caminhos e novos Fins” quando aponta as políticas de edificações escolares, destaca as exigências previstas na distribuição geral do plano desses edifícios. Segundo Azevedo, estas atitudes estavam “de acordo com as exigências da *escola nova*” (AZEVEDO, 1931, p. 228):

Certamente, uma construção, seja qual for o estilo em que se inspire, pode atender a todas as exigências preliminares de técnica pedagógica, de higiene e conforto, que devem ter as edificações escolares. Mas, como todo o prédio destinado à escola, deve ser, por isso mesmo, em sua própria estrutura, um “ambiente educativo”, a todos os respectivos, é preciso imprimir à arquitetura escolar o cunho que provém de nossa origem, de nossa evolução histórica e das condições ambientais. (idem, p. 230)

Já as escolas de dois andares localizavam-se nos bairros mais povoados de Curitiba. Observa-se que suas edificações, normalmente simétricas, constituíam-se por um programa arquitetônico que previa, basicamente, doze salas de aula, com a planta em forma de M.

A fachada segue a mesma tendência dos prédios térreos, com elementos da arquitetura neocolonial e ainda de maneira bastante simplificada. A entrada principal tem os mesmos detalhes das plantas térreas, com arcadas rebaixadas e um grande arco, de acesso. Ainda na fachada, no segundo pavimento, há a construção de janelas balcão e saída por apenas uma porta, lembrando ainda mais as características das casas residenciais.

FIGURA 3 - DETALHE DA CONSTRUÇÃO DO GRUPO ESCOLAR CRISTO REI



FONTE: PARANÁ, 1950

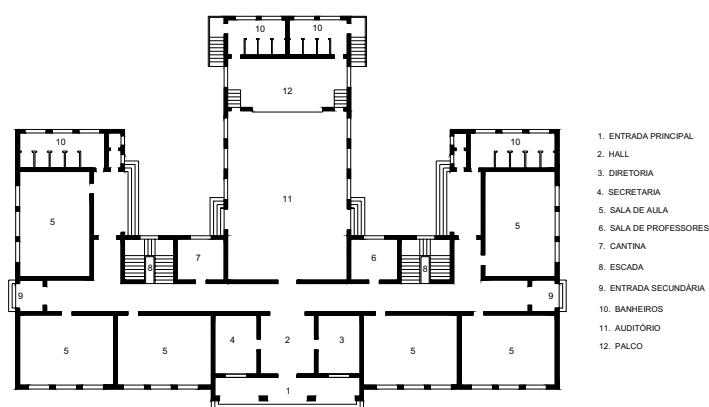


Nestes edifícios tiveram início as discussões e a preocupação com a implantação de espaços para museus, bibliotecas, salas de leitura, cantina, espaços para exames médicos e auditórios, antes inexistentes na maioria dos grupos escolares.

O auditório, implantados nos edifícios de dois pavimentos, podia ser avistado logo na porta de entrada. Era o único local coberto e provavelmente as aulas de educação física eram realizadas naquele espaço nos dias de chuva. Além disso, era destinado a solenidades cívicas, a festas escolares ou mesmo a reuniões de pais. Esse equipamento poderia parecer exagerado, se fossem consideradas apenas as necessidades escolares, mas as escolas começavam a preocupar-se com atividades sociais, oferecendo espaços a ser utilizados principalmente por adultos e pelos pais dos alunos.

No pavimento térreo, abrigavam-se, além das salas administrativas – diretoria, secretaria e cantina, esta última em tamanho pequeno, talvez apenas para execução e armazenamento de alimentos – mais seis salas de aula. Dois banheiros internos e mais dois banheiros externos, que serviam como apoio às aulas de educação física.

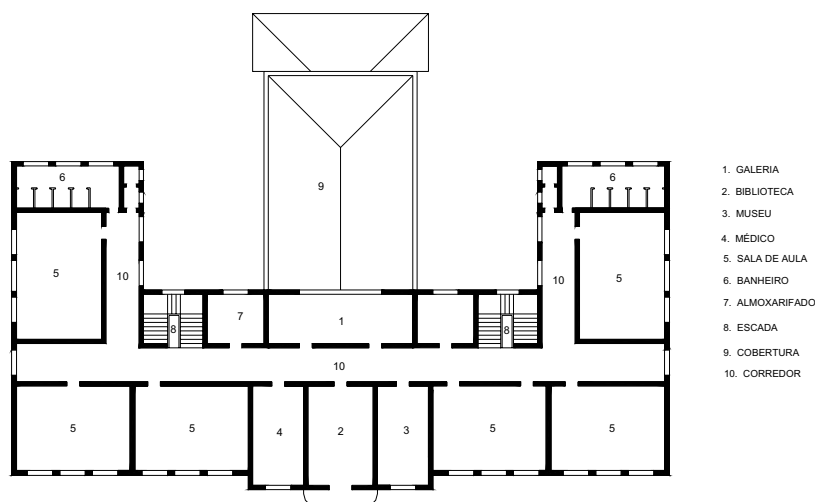
FIGURA 4 - PLANTA DO PAVIMENTO TÉRREO DO GRUPO ESCOLAR CRISTO REI



FONTE: PLANTA ORIGINAL PATRIMONIO DO ESTADO, 1947

Já no segundo pavimento, concentra-se um espaço para seis salas de aula, dispostas da mesma maneira que no pavimento térreo. Outros ambientes, como biblioteca, museu e sala para atendimento médico, tinham dimensões mínimas, num sinal de pouca importância dada a esses ambientes e atividades.

FIGURA 5 - PLANTA DO SEGUNDO PAVIMENTO DO GRUPO ESCOLAR CRISTO REI



FORNE: PLANTA ORIGINAL PATRIMONIO DO ESTADO, 1947

Esses dois modelos de projetos foram implantados, em sua grande maioria, na cidade de Curitiba e em algumas cidades do Paraná. Os edifícios formaram uma base e o ponto de partida para a transformação dos grupos escolares e a sua democratização no estado do Paraná.

O prédio escolar deveria atender a um novo programa de arquitetura escolar, pois, junto com essa nova concepção de escola, haveria de consolidar-se uma nova forma de organização do espaço escolar. O próprio Anísio Teixeira faz afirmações a esse respeito:

Pode-se bem compreender que modificações não deverão ser introduzidas na arquitetura escolar para atender a programa dessa natureza. Já não se trata de escolas e salas de aula, mas de todo um conjunto de locais, em que as crianças se distribuem, entregues às atividades de “estudo”, de “trabalho”, de “recreação”, de “reunião”, de “administração”, de “decisão” e de vida e convívio no mais amplo sentido desse termo. A arquitetura escolar deve assim combinar aspectos da “escola tradicional” com os da “oficina”, do “clube” de esportes e de recreio, da “casa”, do “comércio”, do “restaurante”, do “teatro”, compreendendo, talvez, o programa mais complexo e mais diversificado de todas as arquiteturas especiais. (TEIXEIRA, 1961, p. 195-199)

A verdadeira virada quanto as técnicas construtivas, estilo arquitetônico e concepções pedagógicas foi a construção da maior escola publica secundaria do Paraná. O Colégio Estadual do Paraná foi considerado na época um dos projetos mais arrojados do Estado. Para os governantes este estabelecimento, poderia formar novos profissionais, por isso, o investimento em uma arquitetura específica, na articulação dos espaços e na aparência externa dos edifícios, de forma bastante cuidadosa.

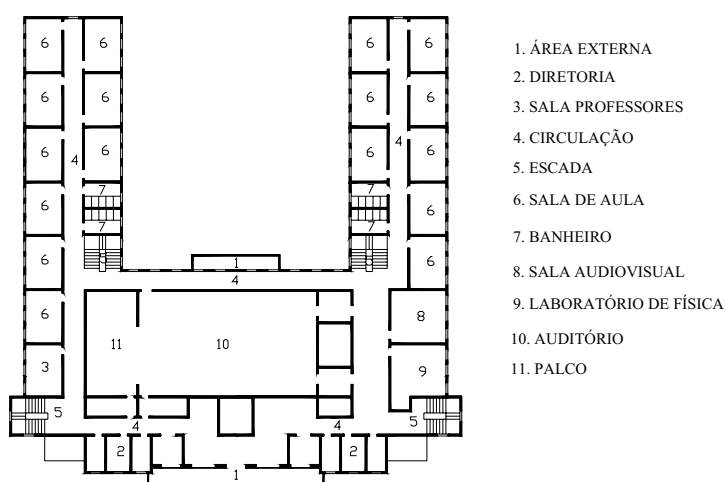
O projeto com quatro pavimentos, além de um subsolo, o edifício foi construído próximo ao Passeio Público<sup>4</sup>. As obras da nova sede, localizada à Rua João Gualberto, no Alto da Glória, iniciaram-se em 1944 e a inauguração do prédio, seis anos depois de seu

início, no dia 29 de março de 1950, devido às dificuldades financeiras e a falta de mão-de-obra qualificada para a época.

Ao todo, foram 40 mil m<sup>2</sup> de área de terreno e 20 mil m<sup>2</sup> de área construída. A obra projetada tem um edifício principal, um ginásio, uma piscina olímpica, uma piscina de aprendizagem, um campo de esporte e uma casa do zelador.

O prédio, chamado de edifício principal, previa salas de aula e salas especiais, distribuídas em quatro pavimentos e um subsolo; ao todo a escola conta com 50 salas de aula, salas administrativas, arquivos, salas para laboratórios, salão de projeção para, salão nobre para 300 participantes, uma ampla biblioteca, um anfiteatro, depósitos etc. A planta a seguir está representando a planta do primeiro pavimento do colégio:

FIGURA 6 - PLANTA DO PRIMEIRO PAVIMENTO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ



FONTE: Arquivo Público do Paraná

A preocupação com a higiene faz parte dos projetos dos prédios escolares. Os ambientes próprios para esse fim são incluídos nos programas de edificação: os ambulatórios médicos, os gabinetes dentários, os vestiários masculinos e femininos. No entanto, as inovações desses programas nos novos prédios não se resumem somente a essas questões. A nova perspectiva da educação também é considerada. Assim, as salas de leitura integram a projetos de colégios considerados mais modernos, bem como o auditório para atividades culturais, os auditórios para abrigar grandes eventos musicais, teatrais e ginásios esportivos. A inclusão desses ambientes nos novos programas indicam uma revisão crítica do que se realizavam nas construções escolares, assim como, uma grande investida na criação de meios específicos para a realização das atividades propostas nos novos programas pedagógicos.

A área esportiva teve um grande destaque no complexo do colégio, sendo composta de um campo de futebol, uma pista de corrida olímpica, duas canchas de vôlei, duas canchas de basquete, duas caixas de salto em distância, duas caixas de salto com vara, além de arquibancadas. Completam as instalações destinadas ao departamento de educação física do colégio, mais duas piscinas e os vestiários masculinos e femininos.

A idéia de *impor*, mediante o planejamento urbano, limitações à *propriedade individual* – em forma de determinações de zoneamentos que a cidade deveria conter, com leis e normas de construção – ganhou força também nas escolas, que não ficaram de longe deste controle e, assim, estiveram ligadas à política de construções escolares do governo. Portanto, a intenção era implantar uma escola em local onde a densidade populacional estava aumentando e escolas importantes nos bairros centrais, para que fossem vistas por toda a população. Esta concepção foi recorrente em Curitiba, nas décadas de 1940 e 1950. Como exemplo, tem-se a implantação do Colégio Estadual do Paraná em um terreno que, na época, já era considerado um local em que a *elite* curitibana estava consolidada.

FIGURA 7 - TOMADA AÉREA DA REGIÃO ONDE ESTÁ LOCALIZADO O COMPLEXO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ (1966)



FONTE: Acervo da Fundepar

Pode-se afirmar que a instalação deste edifício formou a base e o ponto de partida para as transformações de outros edifícios escolares e transformou-se em um *símbolo* de educação para uma determinada época, no Paraná.

### **Considerações finais**

Com a finalidade de apresentar um breve relato sobre a arquitetura escolar e a paisagem urbana da cidade de Curitiba, procurou-se demonstrar uma inevitável relação da instalação das escolas com os projetos mais amplos da sociedade, na qual estavam

inseridas. De fato, a sociedade curitibana transformou-se com o crescimento da população e, sobretudo, por meio das mudanças urbanas que se intensificaram na cidade na década de 1940. Estas mudanças foram decisivas para implantação de novos projetos escolares.

A escola, tanto pedagogicamente quanto arquitetonicamente, sofreu influências e mudanças baseadas nos discursos e projetos políticos dos governos dos diversos períodos históricos. Na sua origem, os grupos escolares eram arquitetonicamente imponentes, objetos de grande atenção das políticas republicanas, ainda que atendessem uma parcela muito restrita da população. Os processos de mudanças urbanas e econômicas, somados ao crescimento demográfico, impuseram a necessidade quantitativa de escolas, de características mais funcionais, baratas e com arquitetura simples.

Ainda assim, é possível afirmar que a arquitetura e a configuração dos prédios escolares em Curitiba, nas décadas de 1940/1950, estavam longe de alcançar o discurso de progresso e modernidade corrente, tão valorizado pelos governadores. Entretanto, o Colégio Estadual do Paraná passou a ser evidenciado como um *símbolo do progresso* educacional na cidade de Curitiba, sendo motivo de muito orgulho pelos alunos, professores e a população em geral.

### Referências

ARGAN, G. C. A arte no contexto da cultura moderna. In: *História da arte como história da cidade*. Tradução Pier Luigi Cabra. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AZEVEDO, F. *Novos caminhos e novos fins: a nova política da educação no Brasil*. Bibliotheca Pedagógica Brasileira. São Paulo: Ed. Companhia Editora Nacional, 1931. v. 1. (Serie IV Actualidades Pedagógicas).

BENCOSTTA, M. L. A. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). *Educar em Revista*, Curitiba, n. 18, p. 103-141, Jul./Dez., 2001.

CHÂTELET, A. M. *La naissance de l'architecture scolaire: les écoles élémentaires parisiennes de 1870 a 1914*. Paris: Honoré Champion, 1999.

ESCOLANO, A. Arquitetura como programa. Espaço escolar e currículo. In: VIÑAO, A. F./ ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade*. A arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FARIA FILHO, L. M. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

\_\_\_\_\_ ; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da sola primária no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.º 14, p. 19-34, Mai./Ago., 2000.

HOBBSAWN, E. O Sentido do Passado. In: *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp. 22-35.

KESSEL, C. Estilo, discurso, poder: arquitetura neocolonial no Brasil. *História Social*, Campinas, n. 6, p. 65-93, 1999.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: *Enciclopédia Enaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.

NUNES, C. (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2.º Edição, p. 371-398, 2000.

OLIVEIRA, B. S. de. *A modernidade oficial: a arquitetura das escolas públicas do Distrito Federal (1928-1940)*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo.

PARANÁ. Governo do Estado. *Relatório apresentado ao Snr. Getúlio Vargas, presidente da Republica, pelo senhor Manoel Ribas, interventor do Paraná*. Curitiba, 1937.

PARANÁ. Governo do Estado. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado na abertura da Sessão Legislativa de 1947, pelo Senhor Moysés Lupion, governador do Paraná*. Curitiba, 1947.

PARANÁ. Governo do Estado. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado na abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1950, pelo Senhor Moysés Lupion, governador do Paraná*. Curitiba, 1950.

ROCHA NETTO, B. M. da. Discurso do governador: Paraná – brotinho de cem anos. *O Cruzeiro*, Curitiba, v. 26, n. 14, p. 50-55, 16 jan. 1952.

SOUZA, R. F. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Unesp, 1998.

VIÑAO, A., ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Tradução Alfredo Veiga-Neto, Rio de Janeiro, DP & A Editora, 1998.

WOLFF, S. F. S. *Espaço e Educação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo.

---

<sup>1</sup> CORREIA, A. P.P. *História e Arquitetura Escolar: os prédios escolares públicos em Curitiba (1943-1953)*. Curitiba, 2004. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação) – Universidade Federal do Paraná.

---

<sup>2</sup> Este estilo nasceu da reação contra o ecletismo dominante, nos primeiros anos do século XX, como busca de uma nova identidade arquitetônica brasileira, em oposição as formas construtivas tradicionais do Brasil. A iniciativa da construção de escolas, residências, prédios públicos e igrejas segundo um cânone estético que visa a à regeneração do espírito da nação, de uma sociedade considerada em decadência (KESSEL, 1999, p. 69).

<sup>3</sup> Agache, por meio dos projetos, divulgou, também, o pensamento da Escola Francesa de Urbanismo; acreditava que o espaço urbano deveria ser cortado por grandes e largas avenidas, para facilitar a comunicação de um lado a outro da cidade. Pela primeira vez iniciou-se o planejamento de ocupação do solo urbano em Curitiba, resultando no Plano Diretor de urbanização da cidade. Este plano, também conhecido como Plano Agache, foi responsável por estabelecer diretrizes e normas técnicas, com a finalidade de ordenar o crescimento físico, urbano e espacial, organizando, assim, as funções urbanas da cidade.

<sup>4</sup> O Passeio Público foi o primeiro parque construído na cidade de Curitiba (1885) e localizava-se no Alto da Glória bairro considerado de elite na época.